

## ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro/a, estado civil \_\_\_\_\_, residente na cidade de \_\_\_\_\_, Estado/UF: \_\_\_\_\_, na Rua: \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, portador/a da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo Órgão: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF/MF nº \_\_\_\_\_, DECLARO, para servir de documento junto à **Comissão Gestora de Bolsas, a instruir Processo de Renovação de Bolsas de Estudo Assistenciais para 2023,** ao/a candidato/a \_\_\_\_\_, matriculado no Colégio dos Santos Anjos do Rio de Janeiro /RJ, **QUE RECEBO PENSÃO ALIMENTÍCIA** para meu(s) / minha(s) filho(s) / filha(s), \_\_\_\_\_ (nome dos(as) filhos(as)), totalizando no valor mensal de:

MÊS	RENDA (R\$)
Maio/2022	
Junho/2022	
Julho/2022	

DECLARO, ainda, que ( ) **posso decisão judicial** ( ) **não posso decisão judicial** e que estou ciente que a inexistência das informações prestadas, além de me obrigar à devolução da importância dada como bolsa, me sujeitará às penalidades previstas no parágrafo 2º do artigo 26, da Lei Complementar 187/2021\*, e artigos 171 e 299, ambos do Código Penal\*\*.

Por ser verdade, firmo a presente declaração em uma única via, para que produza todos os seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**DECLARANTE**

*Testemunhas (anexar cópia do RG e CPF; não podem ser da mesma família do/a declarante):*

1 – Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade (RG) e CPF: \_\_\_\_\_

2 – Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade (RG) e CPF: \_\_\_\_\_

### **OBSERVAÇÃO:**

- No caso de não apresentação de testemunhas é necessário que esta Declaração contenha assinatura do declarante com reconhecimento de firma em cartório.**

*\*\*\*Art. 26. – (...) § 1º Compete à entidade que atua na área de educação confirmar o atendimento, pelo candidato, do perfil socioeconômico de que trata esta Lei Complementar. § 2º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou por seus pais ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis, sem que o ato do cancelamento resulte em prejuízo à entidade beneficente concedente, inclusive na apuração das proporções exigidas nesta Seção, salvo se comprovada negligência ou má-fé da entidade beneficente.*

*\*\* “Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento”*

*\*\*\* “Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”.*